

<i>Nota à 23ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
I — As funções do Estado	29
II — Os critérios de distinção das funções do Estado	32
III — A função política ou de governo	36
IV — O Direito Administrativo	37
V — Origem do Direito Administrativo	38
VI — As bases ideológicas do Direito Administrativo	42
VII — O regime jurídico-administrativo	51
VIII — Conceito jurídico de interesse público	56
<i>Direito subjetivo público, 60; Interesses primários e secundários do Estado, 63</i>	
IX — Conteúdo do regime jurídico-administrativo	66
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 66; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 70</i>	
X — Valor metodológico da noção de regime administrativo ...	84
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
I — Princípios expressos e implícitos	92
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 93; 2ª) Princípio da legalidade, 96; 3ª) Princípio da finalidade, 103; 4ª) Princípio da razoabilidade, 105; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 107; 6ª) Princípio da motivação, 108; 7ª) Princípio da impessoalidade, 110; 8ª) Princípio da publicidade, 110; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 111; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 115; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 116; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 116; 13ª) Princípio da eficiência, 117; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 118

- II** — **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**
 a) *Medidas provisórias, 121; b) Estado de defesa, 129; c) Estado de sítio, 130*

PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

133

Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I** — **Os órgãos e as competências públicas** 135
Órgãos públicos, 136; Classificação dos órgãos, 137; Competências públicas, 138 (Conceito de competência, 140)
- II** — **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia** 142
- III** — **Centralização e descentralização administrativa** 145
Desconcentração, 146; A hierarquia e os poderes do hierarca, 146; Distinção entre descentralização e desconcentração, 147; O controle, 147
- IV** — **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta** 148
Administração direta da União, 149; Critério classificador do Decreto-lei 200, 150; Entes paraestatais, 153

Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS

156

- I** — **Autarquias**
Conceito, 156; Regime jurídico, 157 (a) Relações com a pessoa que as criou, 158; b) Relações com terceiros, 161; c) Relações internas, 163); Autarquias especiais ou sob regime especial, 165; Agências reguladoras, 165; Agências executivas, 177
- II** — **Fundações públicas**
Conceito legal: impropriedade, 179; Natureza das fundações públicas, 181

III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 182 (Conceito legal: impropriedade, 183); Conceito de sociedade de economia mista, 186 (Conceito legal: impropriedade, 187); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 189; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 189; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 192; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 194; Empresas estatais e concessão de serviço público, 195; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 197; O regime jurídico das empresas estatais, 199 (a) Relações com a pessoa que as criou, 200; b) Relações com terceiros, 203; c) Relações internas, 215)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	217
	<i>Contrato de gestão, 219; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 220 (O art. 37, § 8^a, da Constituição, 226; Contrato entre órgãos?, 227); Contratos de gestão entre o Estado e as "organizações sociais", 230; Organizações sociais, 230; Organizações da sociedade civil de interesse público, 236</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— <i>Agentes públicos</i>	238
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i>	241
	<i>a) Agentes políticos, 241; b) Servidores estatais, 242 (Servidores públicos: conceito e espécies, 243; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 244); c) Particulares em colaboração com a Administração, 244</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i>	245
	<i>a) Cargos públicos, 245; b) Funções públicas, 246; c) Empregos públicos, 246</i>	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	247
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	248
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	249

- VII** — *Objeto das normas constitucionais sobre pessoal* 255
- VIII** — *Normas de contenção de despesas com os servidores estatais*
- a) *Limite global de despesas com pessoal*, 256; b) *Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações*, 260; c) *Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal*, 261
- IX** — *Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos*
- a) *Criação de remuneração por subsídios*, 261; b) *Limite de remuneração*, 263; c) *Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário*, 267; d) *Proibição de vinculação de vencimentos*, 267; e) *Cálculo de acréscimos pecuniários*, 267; f) *Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos*, 267; g) *Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração*, 268
- X** — *Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)* ... 269
- a) *Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público*, 269 (Admissão e dispensa nas estatais, 272); b) *Contratação excepcional sem concurso*, 274; c) *Direito de greve e de sindicalização*, 275; d) *Proibição de acumulação remunerada*, 275; e) *Sanção por improbidade administrativa*, 277
- XI** — *Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos* 277
- a) *Irredutibilidade de vencimentos*, 277; b) *Alguns direitos equivalentes aos dos empregados*, 277; c) *Estabilidade*, 278; d) *Disponibilidade*, 279; e) *Aposentadoria e proventos*, 280; f) *Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos*, 281; g) *Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões*, 282; h) *Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias*, 284; i) *Contribuição previdenciária*, 287; j) *Atualização de proventos e pensões*, 290
- XII** — *Os cargos públicos* 292
- a) *Criação e extinção. Declaração de desnecessidade*, 292; b) *Classificação dos cargos*, 292 (Cargos em comissão, 293; Cargos de provimento efetivo, 293; Cargos vitalícios, 294); c) *Lotação dos cargos e "redistribuição"*, 295

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	295
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 296; Posse, 296); <i>b) Provimentos derivados</i> , 297 (Provimento derivado vertical (promoção), 297; Provimento derivado horizontal (readaptação), 298; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 298)	
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	299
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 299 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 300; Direitos de ausência ao serviço, 302; Aposentadoria, 307); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 307	
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	309
	<i>Prescrição</i> , 311	
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i>	311
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	317
PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA		323
.		
Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO		
I	— <i>Introdução</i>	325
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	327
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i>	328
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	329
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	330
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	330
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	337
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	340
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	346
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	352
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	355

Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— Considerações introdutórias	
	a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos</i> , 357; b) <i>O problema da conceituação do ato administrativo</i> , 361; c) <i>Os conceitos jurídicos</i> , 362; d) <i>Historicidade dos conceitos jurídicos</i> , 364; e) <i>Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos</i> , 365; f) <i>Critério básico para conceituação do ato administrativo</i> , 368	
II	— Atos da Administração e atos administrativos	368
III	— Conceito de ato administrativo	370
IV	— Perfeição, validade e eficácia	372
V	— Requisitos do ato administrativo	374
VI	— Elementos do ato	
	<i>Conteúdo</i> , 378; <i>Forma</i> , 379	
VII	— Pressupostos do ato	
	1) <i>Pressupostos de existência</i> , 379; 2) <i>Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo)</i> , 381; B) <i>Motivo (pressuposto objetivo)</i> , 381 (Motivo do ato e motivo legal, 382; Motivo e móvel, 383; O papel da vontade no ato administrativo, 383; Motivo e motivação, 384; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 385; Teoria dos motivos determinantes, 388); C) <i>Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo)</i> , 388; D) <i>Finalidade (pressuposto teleológico)</i> , 389 (Teoria do desvio de poder, 390); E) <i>Causa (pressuposto lógico)</i> , 392; F) <i>Formalização (pressuposto formalístico)</i> , 395	
VIII	— O silêncio no Direito Administrativo	397
IX	— Atributos dos atos administrativos	401
	<i>Casos em que cabe executoriedade</i> , 405; <i>Defesas contra a executoriedade</i> , 406	
X	— Classificação dos atos administrativos	406
	a) <i>Quanto à natureza da atividade</i> , 406; b) <i>Quanto à estrutura do ato</i> , 407; c) <i>Quanto aos destinatários do ato</i> , 408; d) <i>Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática</i> , 408; e) <i>Quanto à função da vontade administrativa</i> , 408; f) <i>Quanto aos efeitos</i> , 409; g) <i>Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados</i> , 409; h) <i>Quanto à situação de terceiros</i> , 411; i) <i>Quanto à composição da vontade produtora do ato</i> , 411 j) <i>Quanto à formação do ato</i> , 411; l) <i>Quanto à natureza das situações jurídicas que criam</i> , 412; m) <i>Quanto à posição jurídica da Administração</i> , 412	

XI	— Vinculação e discricionariiedade	413
XII	— Atos administrativos “in specie” <i>Em função do conteúdo, 421; Como formas de manifestação de outros atos, 423</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	425
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	427
XV	— Revogação <i>Conceito, 430; Sujeito ativo da revogação, 431; Objeto da revogação, 432; Fundamento da revogação, 433; Motivos da revogação, 435; Efeitos da revogação, 436; Natureza do ato revogador, 437; Limites ao poder de revogar, 437; Revogação e indenização, 439</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	440
XVII	— Invalidade dos atos administrativos	442
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 443; Objeto da invalidação, 444; Fundamento da invalidação, 445; Motivo da invalidação, 445; Forma da invalidação, 445; Efeitos da invalidação, 447; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 448; Atos irregulares, 451; Comentários às diferentes teorias, 452; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 453; Convalidação, 454; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 456; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 459; Regime dos atos inválidos, 459; Invalidação e dever de indenizar, 461; Direito de resistência contra atos inválidos, 462</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	464
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	466
 Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO		
I	— Conceito de procedimento administrativo	467
	<i>Procedimento e ato complexo, 473</i>	
II	— Requisitos do procedimento	474
III	— Importância do procedimento administrativo. <i>Atualidade do tema</i>	475
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	478
V	— Espécies de procedimento	479
VI	— Fases do processo ou procedimento	481
VII	— Princípios do procedimento	482
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	486

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	491
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	492
	Âmbito de abrangência, 493; Competência, 493; Princípios do processo e garantias do administrado, 494; Sequência processual, 499; Prazos processuais, 502; Revogação, anulação e convalidação, 504	
Capítulo IX — LICITAÇÃO		
I	— Conceito e finalidades	505
II	— A legislação sobre licitação	508
	Normas gerais de licitação e contratos, 512	
III	— Os princípios da licitação	513
IV	— Quem está obrigado a licitar	517
V	— Os pressupostos da licitação	520
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	521
	Bens singulares, 521; Serviços singulares, 522; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 523; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 523; Inexigibilidade de licitação, 528; Serviços técnicos de natureza singular, 530; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 533; Licitação proibida, 533	
VII	— Modalidades da licitação	534
	Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 541; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 541; Pregão e consulta, 543 (Procedimento do pregão, 543); Registros cadastrais, 548; O registro de preços, 549; Comissões de licitação, 550; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 551; Alienação de bens, 552; Licitações internas e licitações internacionais, 553	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	554
	Requisitos para instauração de licitação, 554; Vedações nas licitações, 555	
IX	— Fases da licitação	556
	Exame dos afluentes à licitação, 557; Exame das propostas, 558; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 558; Esquema analítico das fases, 559; Sequência procedimental da concorrência, 560	
X	— O edital	562
	Vícios do edital, 565	

XI	— A habilitação	566
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 572; Consórcios, 572; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 573; Comparecimento de um único licitante, 574; Pré-qualificação, 574; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 575; Efeito jurídico da habilitação, 575; Vícios da habilitação, 576</i>	
XII	— O julgamento	577
	<i>Requisitos das propostas, 577; Objetividade do julgamento, 581; Classificação, 581; Desempate entre as propostas, 581; Os “tipos” de licitação, 581; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 584; Classificação de uma só proposta, 585; Vícios da classificação, 585; Efeito jurídico da classificação, 586</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	586
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	587
XV	— Recursos administrativos	588
XVI	— O procedimento licitatório e suas conseqüências	589
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 589; Revogação da licitação, 589; Anulação da licitação, 590</i>	
XVII	— Crimes	593
XVIII	— Licitação e mandado de segurança	593

Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO

I	— Introdução	595
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 596</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	597
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	599
IV	— Conceito de contrato administrativo	601
V	— Características do chamado “contrato administrativo”	603
	<i>A lógica do contrato administrativo, 604</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	605
	<i>Alteração unilateral do contrato, 607; Alteração bilateral do contrato, 608; Extinção unilateral do contrato, 609; Outras hipóteses de extinção, 609; A “exceptio non adimpleti contractus”, 610; Prazo e prorrogação dos contratos, 610; Formalidades do contrato administrativo, 612; Eficácia dos contratos administrativos, 613; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; rea-</i>	

juste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 613; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 620

VII	— Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo	621
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 624; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 629</i>	
VIII	— A cláusula “rebus sic stantibus”	630
IX	— A teoria da imprevisão	631
X	— As cláusulas de reajustes de preços	634
XI	— Os reajustes e os índices oficiais	636
XII	— Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”	639
XIII	— Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa	640
XIV	— Convênios e consórcios	644

PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA

I	— Conceito de serviço público	651
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 655; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 657; Princípios do serviço público, 657</i>	
II	— Titularidade do serviço e titularidade da prestação	661
III	— Serviços públicos e outras atividades estatais	662
	<i>Serviço público e obra pública, 663; Serviço público e poder de polícia, 663; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 665</i>	
IV	— Serviços públicos por determinação constitucional	666
V	— Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	669
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 669; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 669; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 670; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 670</i>	
VI	— Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição	670

VII	— Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público	671
VIII	— Serviços públicos e serviços governamentais	673
IX	— Obra pública <i>Conceito, 676; Modalidades de execução indireta, 677; Obra de grande vulto, 678; Obra de imenso vulto, 678; Garantia de execução, 679; Fiscalização da obra, 679; Recebimento da obra, 680; Responsabilidade pela obra, 680</i>	

Capítulo XII — **CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS**

I	— Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais	682
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 683; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 684; Inpropriedade das definições legais, 687; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 691; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 692</i>	
II	— Forma e condições da outorga do serviço em concessão	694
	<i>Licitação das concessões, 696; O "contrato" de concessão, 701; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 701; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 703</i>	
III	— O prazo nas concessões e sua prorrogação	704
IV	— Os poderes do concedente	706
V	— Os direitos do concessionário	711
	<i>Remuneração do concessionário, 712</i>	
VI	— As tarifas	712
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 715; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 716</i>	
VII	— Os direitos dos usuários	721
VIII	— Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos	722
IX	— A reversão dos bens	727

X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	729
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	730
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	733
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	744
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i>	747
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 748; Modalidades, 749; Concessão administrativa: a falsa concessão, 751; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 752; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 754; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 754; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 755; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 755; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 756; Licitação nas parcerias público-privadas, 758; Disposições aplicáveis apenas à União, 759; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 760 (Vinculação de receitas, 760; Fundos especiais, 761; Empresa estatal garantidora, 763; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 763; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 764)</i>	

Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— <i>Introdução</i>	765
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 768; Liberdade de iniciativa, 769; Atividades privadas sob regime especial, 774; Função social da propriedade, 774; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 776; CADE: organização e funções, 776; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 778; Infrações à ordem econômica, 778; Sanções por infrações à ordem econômica, 780; Acordo de leniência, 781; Defesa do consumidor, 782; Monopólio, 785</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i>	785

Capítulo XIV — **PODER DE POLÍCIA**

I	— <i>Introdução</i>	788
II	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	792
III	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	793
IV	— <i>Supremacia geral e supremacia especial</i>	794
V	— <i>Essência do poder de polícia</i>	799
	<i>Traços característicos, 801</i>	
VI	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	803
VII	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	805
VIII	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	806
IX	— <i>Definição de polícia administrativa</i>	807
X	— <i>Polícia geral e polícia especial</i>	807
XI	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	809
XII	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> ..	811
XIII	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	813
XIV	— <i>Setores da polícia administrativa</i>	814
XV	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> ...	814

Capítulo XV — **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I	— <i>Conceito</i>	817
II	— <i>Finalidades</i>	818
III	— <i>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</i>	819
IV	— <i>“Excludentes” da infração ou da sanção</i>	820
V	— <i>Princípios</i>	820
	<i>a) Princípio da legalidade, 820; b) Princípio da anterioridade, 822; c) Princípio da tipicidade, 822; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 825; e) Princípio da proporcionalidade, 826; f) Princípio do devido processo legal, 827; g) Princípio da motivação, 828</i>	
VI	— <i>Providências acautelatórias</i>	829
VII	— <i>Classificações das sanções: sanções transmissíveis sanções intransmissíveis</i>	830
VIII	— <i>Multas</i>	832
IX	— <i>Dever de sancionar</i>	833

Capítulo XVI — *DESAPROPRIAÇÃO*

<i>I</i>	— <i>Conceito</i>	835
<i>II</i>	— <i>Fundamentos da desapropriação</i>	840
<i>III</i>	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i>	841
<i>IV</i>	— <i>Requisitos da desapropriação</i>	842
<i>V</i>	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i>	844
<i>VI</i>	— <i>Objeto da desapropriação</i>	845
<i>VII</i>	— <i>Beneficiários da desapropriação</i>	847
<i>VIII</i>	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i>	847
<i>IX</i>	— <i>A declaração de utilidade pública</i>	848
<i>X</i>	— <i>A imissão provisória de posse</i>	851
<i>XI</i>	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i>	854
<i>XII</i>	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i>	858
<i>XIII</i>	— <i>Desapropriação por zona</i>	858
<i>XIV</i>	— <i>Desapropriação indireta</i>	859
<i>XV</i>	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i>	860
<i>XVI</i>	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i>	861
<i>XVII</i>	— <i>Requisição</i>	874
<i>XVIII</i>	— <i>Servidão administrativa</i>	876

Capítulo XVII — *GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS*

<i>I</i>	— <i>Conceito</i>	880
<i>II</i>	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i>	881
<i>III</i>	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i>	882
<i>IV</i>	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i>	882
<i>V</i>	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i>	884
	<i>a) Bens do domínio hídrico, 885; b) Bens do domínio terrestre, 886 (Domínio do solo, 886; Domínio do subsolo, 890)</i>	
<i>VI</i>	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i>	891
<i>VII</i>	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i>	892
	<i>a) Utilização dos bens de uso comum, 892; b) Utilização dos bens de uso especial, 896; c) Utilização dos bens dominicais, 897</i>	

PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO		903
Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
I	— Controle interno e externo	905
	<i>a) Controle interno, 907; b) Controle externo, 908</i>	
II	— Controle parlamentar direto	908
	<i>a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 908; b) Con- vocações de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 908; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 909; d) Autorizações ou aprovações do Con- gresso necessárias para atos concretos do Executivo, 909; e) Poderes controladores privativos do Senado, 910; f) Julgamento das contas do Executivo, 910; g) Suspensão e destituição ("impeachment") do Presidente ou de Minis- tros, 911</i>	
III	— Controle pelo Tribunal de Contas	911
	<i>a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 911; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 912; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 913</i>	
IV	— Controle jurisdicional (panorama)	914
	<i>a) "Habeas corpus", 921; b) Mandado de segurança, 922; c) "Habeas data", 923; d) Mandado de injunção, 923; e) Ação popular, 924; f) Ação civil pública, 924; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 924</i>	
Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL		
I	— Introdução	926
II	— Princípio da legalidade	928
III	— Vinculação e discricionariedade	929
	<i>Mérito do ato, 932</i>	
IV	— Fundamentos da discricionariedade	933
V	— Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	936
VI	— Conceito de discricionariedade	940
VII	— Limites da discricionariedade	940
VIII	— Extensão do controle judicial	945
	<i>a) Exame dos motivos, 945; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 947; c) Exame da causa do ato, 950</i>	

IX	— Relatividade da competência discricionária	951
X	— Conclusão	957
Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS		
I	— Introdução	961
II	— Responsabilidade e sacrifício de direito	962
III	— Originalidade da responsabilidade pública	964
IV	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito	967
V	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos	968
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 968; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 970; c) Respon- sabilidade subjetiva do Estado, 970; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 973	
VI	— Fundamentos da responsabilidade do Estado	974
VII	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal	975
VIII	— Os sujeitos que comprometem o Estado	975
IX	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	977
	a) Danos por ação do Estado, 978; b) Danos por omissão do Estado, 980; c) Danos dependentes de situação produ- zida pelo Estado diretamente propiciatória, 985	
X	— O dano indenizável	988
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado	991
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 993; b) Evolução normativa da responsa- bilidade do Estado no Brasil, 995; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 998; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1001; e) Responsabilidade estatal na jurispru- dência brasileira, 1003; f) A forma de efetivação da res- ponsabilidade do Estado, 1006	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— Prescrição, decadência e preclusão	1009
II	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa	1011

III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	1012
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1015
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1015
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1017
	ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES	1021
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1027